

A. Sedas
Nunes

Problemas da Sociologia em Portugal

1. Fala-se cada vez mais de «sociologia» em Portugal: é um facto. Mas são várias as acepções, subentendidas ou explícitas, em que esse termo é usado. Para alguns, é «sociologia» todo um conjunto muito heterogéneo de produções intelectuais — enxaísticas, filosóficas, doutrinárias, políticas —, cujo elemento comum reside em terem todas por objecto questões sociais, ou melhor: problemas relacionados com a vida e o destino da sociedade. Para outros, «sociologia» é sinónimo de doutrina social, ou seja: de um sistema ou conjunto de sistemas de princípios, orientações e normas, respeitantes à organização da sociedade e à resolução dos problemas sociais. Para outros ainda, cujo número tem vindo a crescer nos últimos anos, a «sociologia» é uma das disciplinas científicas que se ocupam da realidade social, uma das Ciências Sociais.

É acerca da situação em Portugal desta Sociologia que se concebe e elabora como ciência, e não como ensaio, filosofia, doutrina ou política, que se afigura oportuno salientar alguns pontos fundamentais.

2. Começemos por notar a extensão e a forma da sua presença no Ensino Superior do nosso país.

Nas Universidades e nos outros principais estabelecimentos de Ensino Superior, existem as seguintes cadeiras de Sociologia:

- a) nas Faculdades de Ciências de Coimbra, de Lisboa e do Porto, no Instituto Superior Técnico e na Faculdade de Engenharia do Porto — a cadeira de «Sociologia Geral», dos cursos de Engenharia;
- b) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina — as cadeiras de «Introdução à Sociologia» e «Metodologia das Ciências Sociais», do curso de Administração Ultramarina, e um «Seminário de Investigação Social», do curso complementar de Estudos Ultramarinos;

- c) no Instituto Superior de Agronomia — a cadeira de «História da Agricultura. Sociologia Rural», dos cursos de Agronomia e Silvicultura;
- d) nos Cursos Superiores de Architectura, de Lisboa e do Porto — a cadeira de «Sociologia Geral», frequentada nas Faculdades de Ciências;
- e) na Academia Militar — a cadeira de «Introdução às Ciências Sociais», dos cursos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, e a cadeira de «Sociologia Geral», dos cursos de Engenharia;
- f) no Instituto de Serviço Social de Lisboa e nas Escolas de Serviço Social de Coimbra e do Porto — a cadeira de «Sociologia Geral», do curso de Serviço Social.

São ao todo, nas Universidades, 8 cadeiras (2 das quais frequentadas simultaneamente por alunos das Faculdades de Ciências e das Escolas Superiores de Belas-Artes) e 1 seminário, e mais 5 cadeiras em escolas de Ensino Superior extra-universitárias.

Fixemo-nos nas Universidades. Oito cadeiras e um seminário de Sociologia constituem uma presença cuja extensão já não pode considerar-se quantitativamente diminuta. Mas há que notar o seguinte: por um lado, a Sociologia permanece ausente das Faculdades de Direito, de Economia e de Letras; por outro, só no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, estão criadas condições legais que permitem a formação de professores especializados em Sociologia.

De facto, o prometedor impulso, dado pelo Ministro Leite Pinto, à introdução do ensino da Sociologia nas Universidades, veio a deter-se antes de poder atingir aqueles três grupos de Faculdades, não obstante se cultivarem aí as Ciências — económicas, políticas e históricas — com as quais as afinidades da Sociologia são maiores. Além disso, tal impulso não pôde conseguir que, simultaneamente com a introdução das cadeiras, se criassem os correspondentes lugares de professores, donde resulta que as disciplinas sociológicas têm de ser regidas por professores de outras matérias, em regime de acumulação. Assim, não obstante o aspecto quantitativo promissor, a situação da Sociologia nas Universidades é, efectivamente, muito precária. Inexistente em 7 das 8 Faculdades (2 Faculdades de Direito, 3 de Letras, 2 de Economia e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) em que, logicamente, deveria apoiar-se, e impossibilitada, em 6 das 7 Faculdades onde penetrou, de suscitar vocações docentes específicas, devido à ausência de um quadro legal que permita a especialização sociológica — as perspectivas, que se lhe abrem, de desenvolvimento e de aquisição de uma sólida e bem

definida posição científica na Universidade, são de facto muito limitadas e desfavoráveis.

3. Passando do ensino à investigação, o panorama não melhora. Neste segundo aspecto, bem pouco há a registar. Além de um certo número de trabalhos efectuados no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar e de algumas investigações restritas empreendidas no Centro de Estudos de Estatística Económica e no Centro de Estudos de Economia Aplicada (da Associação Industrial Portuguesa), tudo se reduz a muito poucos artigos de iniciativa individual aparecidos em publicações dispersas. Uma tentativa de criar, ao lado do Instituto de Serviço Social, um Centro de Estudos Sociológicos falhou, há anos, sobretudo por carência de recursos e apoios materiais.

De modo que a especialização sociológica, se só a muito poucos é possível na Universidade, também só a muito raros é viável na investigação extra-universitária. E, no entanto, as vocações sociológicas vão surgindo... para quase sempre se perderem. Neste aspecto, podemos dar um testemunho de experiência pessoal: ao longo de vários anos de ensino universitário e de trabalho profissional, encontrámos um número apreciável de estudantes e diplomados que, embora já lançados em cursos ou profissões de Economia, Engenharia, Agronomia, Arquitectura e Letras, teriam preferido dedicar-se à Sociologia, se vissem que por aí se lhes podia abrir modo de vida e carreira.

Porém, se as vocações sociológicas se não aproveitam, isso significa que continuará indefinidamente a quase não haver sociólogos em Portugal. Mas, não havendo sociólogos, corre-se o risco de vir a difundir-se a impressão de que também não pode haver ensino de Sociologia. Não é impossível, com efeito, que se venha a dizer: «fez-se a experiência; criaram-se as cadeiras de Sociologia, mas não há quem as dê», e que, dizendo isto, se ignore que, se não há sociólogos, não é porque falem as vocações, mas porque faltam os lugares de professores e de investigadores, através dos quais essas vocações poderiam duravelmente realizar-se.

Na verdade, que sucederia àqueles que, apesar das circunstâncias desanimadoras, teimassem em dedicar-se à Sociologia? Na sua quase totalidade, após vários anos de estudo, após quase sempre demoradas estadias no estrangeiro, após um período mais ou menos longo de resistência a solicitações e pressões de vária ordem — duas vias se lhes ofereceriam (mantendo-se o condicionalismo actual): ou a de persistir na linha da sua vocação e do seu interesse intelectual, mas abandonando o país e buscando acolhimento em algum dos organismos que, sobretudo na Europa e na América Latina, se dispõem a receber ou procuram mesmo atrair especialistas de Sociologia; ou a de transigir, aceitando

Económico, etc.) onde há, por detrás dela, «investigação sociológica fundamental». O trabalho do «sociólogo-investigador» não é imediatamente útil (e por isso só com dificuldade poderá localizar-se em organismos voltados imediatamente para a acção): mas

gia, importa não exagerar o seu alcance e não alimentar optimismos ingénuos. A falta no país — seja qual for o domínio considerado — de qualquer organismo empenhado na investigação sociológica fundamental continua a constituir um óbice muito poderoso ao desenvolvimento da Sociologia em Portugal. Óbice que também funciona, como tal, em relação à Sociologia universitária, visto que a priva do «viveiro» onde poderia ir recrutar ou onde poderiam materialmente apoiar-se os seus professores.

5. Fala-se cada vez mais de sociologia em Portugal. Em parte, decerto, por influência de ideias vindas «de fora». Mas também, com certeza, porque dia a dia é mais ampla a consciência de que Portugal é uma sociedade em profunda e rápida transformação e que, nesta transformação, se levantam, nos mais variados campos, problemas cuja clara definição e eficiente resolução têm de partir de um conhecimento objectivo e rigorizado da própria realidade social e das mutações que está sofrendo.

A Sociologia já progrediu — nos seus métodos e nas suas concepções teóricas — o bastante para poder fornecer, ao entendimento das transformações em curso, à equação de muitos dos problemas que vão surgindo e à elaboração de medidas destinadas a enfrentar a resolução desses problemas, um contributo valioso e mesmo, em certos campos pelo menos, indispensável à correcção dos esquemas interpretativos e das decisões práticas. Mas, para que tal contributo venha a efectivizar-se, necessário é que se lhe criem — na Universidade e fora dela — condições muito diferentes daquelas em que, por enquanto, se encontra. Supomos ter deixado sugeridos os aspectos principais dessas condições.

Alfredo
de
Sousa

A “preocupação económica” no Desenvolvimento Comunitário

1. Uma das razões por que o Desenvolvimento Comunitário (D.C.) tem tido bastante aceitação, como o demonstra a lista de projectos sucessivamente crescente que as Nações Unidas apontam, é que ele é olhado como uma técnica eficaz de promoção do crescimento económico a baixo custo. O D.C. é frequentemente